



Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Relatório e Contas 2023



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO3

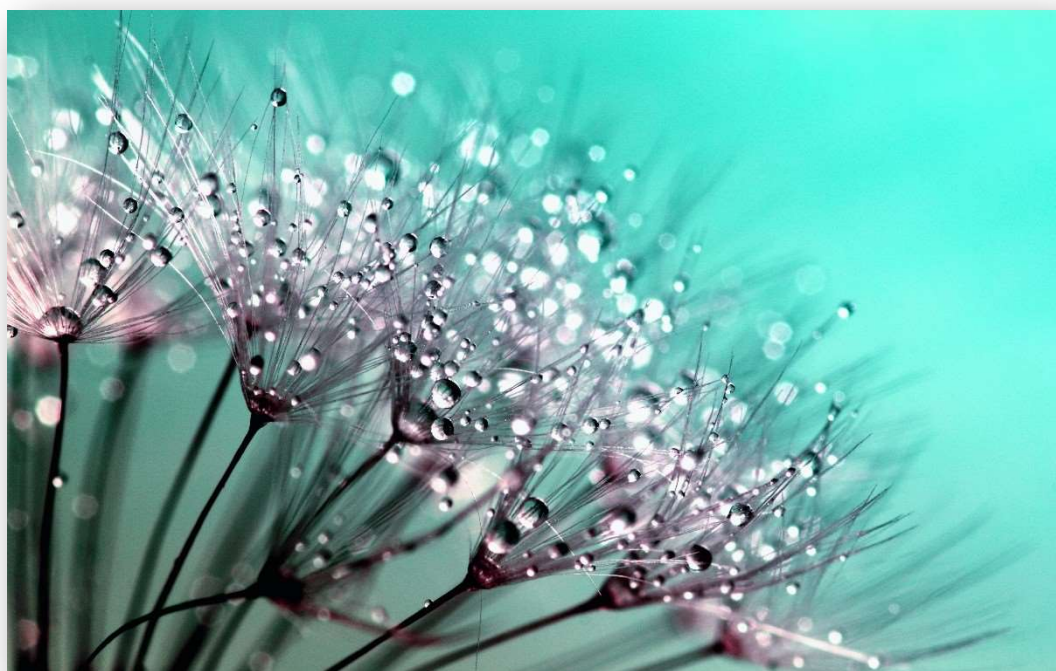
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....17

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS22

4.CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....51

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da AquaElvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVIDADE DA EMPRESA



A AquaElvas - Águas de Elvas, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Em 2017 foi assinada a alteração de Contrato de Concessão, passando a Concessionária a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e manutenção.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, com a alteração do Contrato de Concessão, atinge cerca de 7,7 milhões de Euros, a preços correntes, para todo o período de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a AquaElvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de aproximadamente 3,7 milhões de Euros.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela AquaElvas até ao final de dezembro de 2023 é o que se apresenta no quadro seguinte:

		Ano de 2023		
PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	Plano de Investimentos	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138 678	
		Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mário Cidrais)	57 537	
		Conduta da Calçadinha	473 539	
		Telecomando e telecontrolo	523 311	
		Acondicionamento dos depósitos de água potável	121 272	
		Acondicionamento das instalações de água potável	179 151	
		Acondicionamento dos poços/furos	60 636	
		Acondicionamento das diferentes EBAP	172 261	
		Renovação do parque de contadores	631 748	
		SIG	100 000	
		Sectorização	289 404	
		Coletor Geral da Ribeira de Cêto	772 021	
		Plano Investimento Adicional anual	255 997	
		Subtotal	3 775 555	
		Realização de Benfeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	Acondicionamento das diferentes EEAR	86 819
			Saneamento - Linha do Hospital	507 451
	Plano Diretor		30 000	
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha		166 784	
	Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha		226 356	
	Adução a São Lourenço		61 828	
	Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre		234 128	
	Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia		23 012	
	Coletor da Piedade. Troço de coletor junto ao restaurante "El Cristo"		73 858	
	Interceptor da ribeira do Can-Cão		559 339	
	Coletor Pluvial da Rua do Matadouro ao Lagar dos Frades	147 508		
	Remodelação coletores unitários entre Tv. Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	147 007		
Subtotal	2 264 090			
Total	6 039 645			

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento e realizadas durante o ano de 2023 é o seguinte:

Plano de redução de fugas

Foram efetuadas várias intervenções no âmbito do plano de deteção de fugas, tendo como objetivo a redução de fugas e a procura de fraudes. O plano de deteção de fugas consiste em relacionar zonas de consumo e faturação com os volumes de água colocados nessas mesmas zonas, sendo que, perante rendimentos baixos é realizado um rastreio da rede de abastecimento através de equipamento específico e diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar que, a articulação desta melhoria com a de setorização, telecontrolo e telegestão, permitiu delimitar e seccionar zonas, bem como conhecer consumos diários de cada zona.

Desmatação e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e saneamento

De forma a permitir um rápido e fácil acesso as instalações da rede de abastecimento de água e saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatação da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: captação Trinta Alferes, depósito de Santa Eulália, CE4, CE5, depósito do Caia, depósito da Conceição, depósito da Calçadinha e depósito de Vila Boim. No ano 2023, as ações de desmatação foram levadas a cabo no mês de abril.

Desratização e desbaratização

Por ano são efetuadas 4 intervenções de desratização e 4 intervenções de desbaratização em toda a rede de saneamento. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos entre as referidas intervenções deu sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados. No total, no ano 2023 foram realizadas 27 ações internas de desbaratização e desratização e 2 ações em vários pontos, em que se recorreu a empresa externa (no mês de agosto de no mês de novembro).

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela AquaElvas, aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem definidos no PCQA de 2022. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2022. Este programa foi aprovado em 17 de dezembro de 2020 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.



No ano de 2023, o cumprimento dos VP (valores paramétricos) legislados foi de 99,69%, ou seja, num total de 979 parâmetros analisados ao longo de 2023, registaram-se 3 incumprimentos. Os 3 incumprimentos registados foram 2 de Bactérias Coliformes e 1 de Ferro. Em relação aos incumprimentos, foram tomadas as devidas medidas corretivas. As análises posteriores não apresentaram incumprimentos.

Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada foi de 1.548.235 metros cúbicos. Em relação à água captada, foi de 105.620 metros cúbicos. A água captada é utilizada para abastecer as zonas não servidas pela água em “alta”, sendo estas Caia, Casas Novas, Calçadinha e reforço à zona de Vila Boim.

Volume faturado por tipo de utilizador



Em 2023 verificou-se que o volume de água faturado diminuiu em relação ao ano de 2022. Em concreto, houve uma alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) aumentou cerca de 1%, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve uma leve diminuição no período em análise (2%).

De uma forma geral, o número total de clientes aumentou em cerca de 0,17%, o que é explicado por um aumento de cerca de 1,88% de clientes Municipais, IPSS e doméstico e uma diminuição dos não domésticos em 1,92%.

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano de 2023 ocorreram 103 interrupções no fornecimento de água por reparações e manutenção de ramais e de condutas das quais 12 afetaram o abastecimento num período igual ou superior a 6 horas.

Instalação de contadores

Dando continuidade ao resultado do estudo do parque de contadores existentes, iniciado em 2016, foram substituídos 220 contadores por subcontagem. Para além destes foram ainda substituídos mais 26 contadores por antiguidade e 65 contadores por outras causas. Foram assim substituídos um total de 311 contadores durante o ano de 2023.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento, derivadas de roturas, em 2023 foi de 152, tendo sido 47 em ramais de abastecimento e 105 em condutas.

Volume de água residual tratada e bruta

No ano de 2023, o volume total de água residual que deu entrada nas ETAR geridas pela empresa Águas do Vale do Tejo foi 1.288.411 metros cúbicos, sendo que o volume total de água residual que deu entrada na ETAR de Vila Fernando, gerida pela AquaElvas, foi 28.522 metros cúbicos.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2023 foi de 180. Destas, 52 foram em ramais de saneamento e 128 em coletores. As avarias registadas são quase na totalidade referentes a trabalhos de desobstrução.

Durante o ano de 2023 foram reabilitados/reparados 23 ramais no Concelho de Elvas e construídos 31 novos.

Limpeza da rede de águas residuais e fossas

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, são realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 29,30 metros da rede de saneamento.

Consumos energéticos e de reagentes

Durante 2023 foram consumidos um total de 921.978kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e um total de 74.951 kWh em todas as instalações elevatórias de águas residuais.

Tendo em conta a necessidade de desinfecção da água bruta, bem como a recloração da água comprada, foram consumidos 22.002Kg de hipoclorito de sódio durante o ano.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A Aquaelvas tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa de certificação é a ISO 45001.



A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquaelvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquaelvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquaelvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da AquaElvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a AquaElvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi, no período findo em 2023 e 2022, de 18 pessoas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da AquaElvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela AquaElvas no ano de 2023, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.789 milhares de Euros, registando um aumento ligeiro face a 2022 (3.588 milhares de Euros) e em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 6%.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da AquaElvas, em 2023, foi de cerca de 3,955 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3,495 milhões de Euros, representa um aumento de cerca de 13%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados diretamente na rede de abastecimento de água, o valor da compra de água. Relativamente ao período em análise, esta rubrica registou 1,583 milhões de Euros, representando cerca de 40% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1,504 milhões de Euros, representando então cerca de 43% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) aumentou em cerca de 5%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF19 - Contratos de Construção) registou 1,440 milhões de Euros, representando cerca de 37% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 1,167 milhões de Euros, representando então cerca de 33% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi de 23%.

Os gastos com o pessoal, no montante de 429 mil Euros, representam cerca de 11% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma rubrica registava 378 mil Euros, representando então cerca de 11% do total dos gastos do período. Esta rubrica aumentou cerca de 13% entre 2023 e 2022.

A rubrica de outros gastos registou em 2023 o valor de 190 mil Euros (5% do total dos gastos do período), tendo registado em 2022 o montante de 86 mil Euros (2% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresenta o valor de 314 mil Euros, para o período em análise, face a 305 mil Euros no período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 8% e 9%. A variação entre períodos da rubrica foi de 3%.

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da AquaElvas foi em 2023 de 4,199 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3,919 milhões de Euros, representa um aumento de 7%.

A rubrica de vendas e serviços prestados (sem a parte respeitante à realização do plano de investimentos) registou em 2023, 3,789 milhões Euros que, comparado com o período anterior, revela um aumento de 6% face ao valor de 3,588 milhões de Euros de 2022.

A rubrica de outros rendimentos registou em 2023 o valor de 365 mil Euros; a mesma rubrica registava em 2022 o valor de 332 mil Euros. A variação entre períodos da rubrica foi de 10%.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 220.020,38 Euros, representa um aumento face ao período anterior, que havia registado um resultado de 349.229,50 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da AquaElvas, a mesma apresenta no final do período de 2023 uma recuperação de 120.020 Euros.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, a AquaElvas continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Mesmo que dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente do aumento da taxa de inflação, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 557.832 Euros relativamente ao período em análise, apresentando uma diminuição de cerca de 23% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição, situando-se no final de 2023 em 243.452 Euros.

	Ano 2023	Ano 2022
Rentabilidade do ativo total	2,17%	3,80%
Rentabilidade dos capitais próprios	4,20%	6,82%
Rentabilidade das vendas	5,81%	9,73%
EBITDA	557 832	728 892
EBIT	243 452	424 120

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 9.185.312 Euros em 2022 para 10.149.765 Euros em 2023.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoraram, passando de 5.121.861 Euros em 2022 para 5.241.881 Euros em 2023, este aumento é explicado pelo aumento dos resultados líquidos do ano. O passivo passou de 4.063.451 Euros em 2022 para 4.907.884 Euros em 2023.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2023, em termos percentuais, um ligeiro decréscimo dos principais rácios face ao ano de 2022:

	Ano 2023	Ano 2022
Capitais próprios	5 241 881	5 121 861
Passivo total	4 907 884	4 063 451
Passivo corrente	3 213 482	2 369 049
Ativo total	10 149 765	9 185 312
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	51,65%	55,76%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	106,81%	126,05%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	48,35%	44,24%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	65,48%	58,30%

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da AquaElvas encontra-se em mandato para o triénio 2023-2025.

A Administração da AquaElvas está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a AquaElvas encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 220.020,38 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

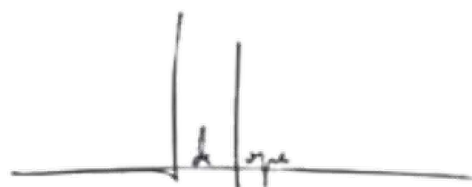
Para Reservas Legais: 11.001,02 Euros
Para Resultados Transitados: 209.019,36 Euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da AquaElvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, a 29 de março de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



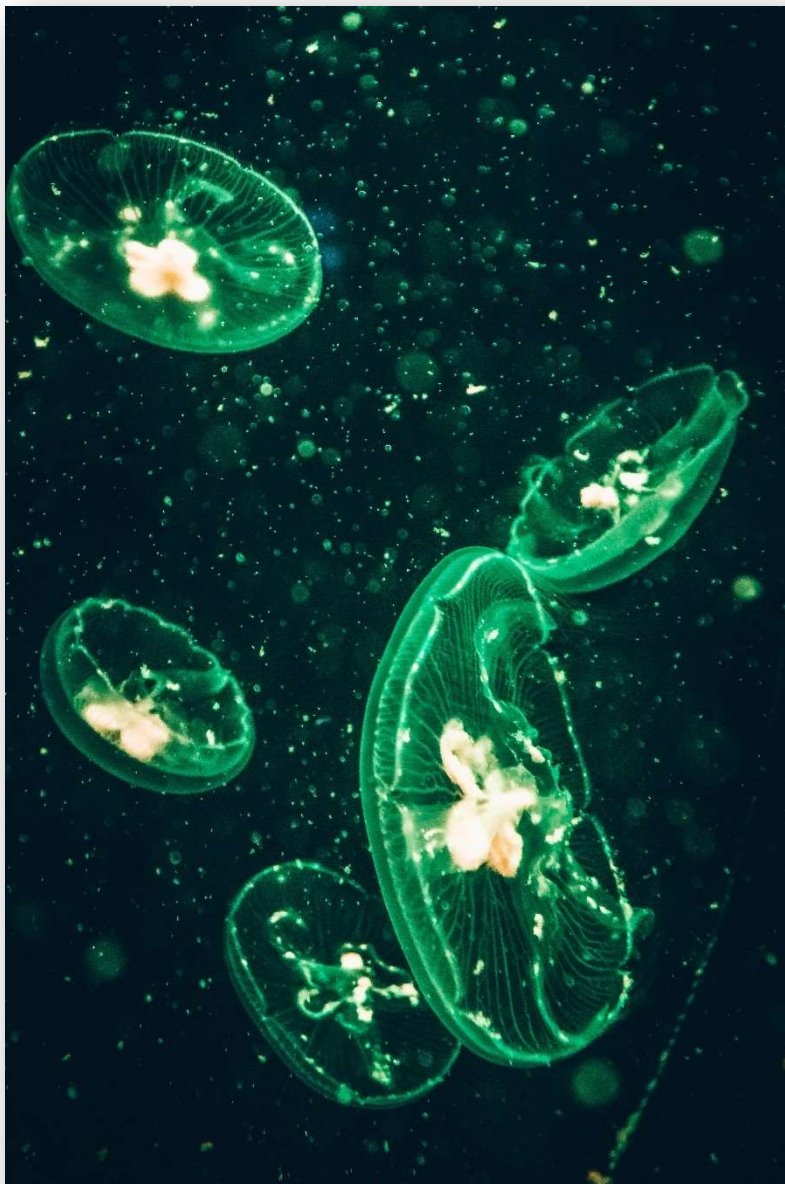
Luis Francisco de Lope Alonso
Presidente



Jesús Rodríguez Sevilla
Vogal



Tiago Manuel Lopes Carrilho dos Santos
Vogal



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

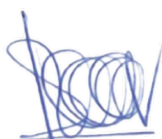
Em euros

	NOTAS	2023	2 022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	192 153	101 800
Ativos intangíveis	6	4 420 624	4 642 236
Outros ativos financeiros	8	3 242	3 040
Ativos por impostos diferidos	7	236 902	230 032
subtotal		4 852 921	4 977 108
Ativo corrente			
Clientes	10	971 445	968 919
Adiantamentos a fornecedores	10	6 127	10 037
Estado e outros entes públicos	9	91 711	51 913
Accionistas/sócios	11	1 250 000	-
Outros créditos a receber	10	1 713 259	1 321 587
Diferimentos	10	146 094	157 475
Caixa e depósitos bancários	4	1 118 208	1 698 273
subtotal		5 296 844	4 208 204
Total do ativo		10 149 765	9 185 312
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	3 160 000	3 160 000
Outros instrumentos de capital próprio	13	352 000	352 000
Reservas legais	13	51 776	34 315
Resultados transitados	13	1 458 085	1 226 316
Resultado líquido do período	13	220 020	349 230
Total do capital próprio		5 241 881	5 121 861
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	1 694 402	1 694 402
subtotal		1 694 402	1 694 402
Passivo corrente			
Fornecedores	16	2 884 947	1 956 831
Adiantamentos de clientes	12	35 494	32 412
Estado e outros entes públicos	9	12 446	38 173
Outras dívidas a pagar	12	280 595	341 633
subtotal		3 213 482	2 369 049
Total do passivo		4 907 884	4 063 451
Total do capital próprio e do passivo		10 149 765	9 185 312

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Hávia José Simões



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Trigo Manuel Lopes | Conselho das Sociedades




AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
Vendas e serviços prestados	15	3 789 218	3 587 632
Subsídios à exploração	15	7 380	224
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(1 583 421)	(1 504 478)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 439 745)	(1 167 142)
Gastos com o pessoal	18	(428 702)	(378 063)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	10	37 927	(54 827)
Outros rendimentos	19	364 745	331 603
Outros gastos	20	(189 570)	(86 057)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		557 832	728 892
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(314 380)	(304 772)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		243 452	424 120
Juros e rendimentos similares obtidos	18	17 530	
Resultado antes de impostos		260 982	424 120
Imposto sobre o rendimento do período	22	(40 962)	(74 890)
Resultado líquido do período		220 020	349 230

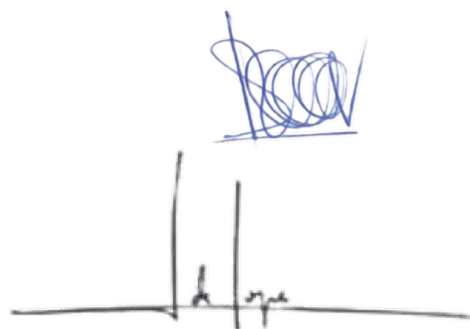
O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Maia José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Trigo Manuel Lopes Carvalho das Neves



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

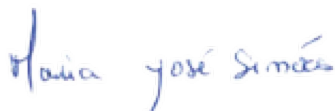
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em euros

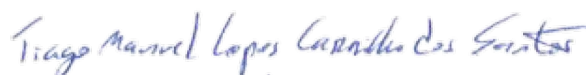
RUBRICAS	NOTAS	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 666 570	3 537 457
Pagamentos a fornecedores		(2 337 000)	(2 371 108)
Pagamentos ao pessoal		(415 447)	(387 486)
Caixa gerada pelas operações		914 123	778 863
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(101 350)	(80 948)
Outros recebimentos/pagamentos		90 580	7 754
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		903 353	705 669
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(108 293)	(29 317)
Ativos intangíveis		(63 415)	(183 737)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		29 520	-
Subsídios ao investimento		7 380	224
Juros e rendimentos similares		1 390	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(133 418)	(212 830)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos concedidos		(1 250 000)	-
Dividendos		(100 000)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1 350 000)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(580 065)	492 839
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 698 273	1 205 434
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 118 208	1 698 273

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 160 000	352 000	19 748	949 545	291 338	4 772 631
Aplicação do resultado do período anterior	14	-	-	14 567	276 771	(291 338)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		3 160 000	352 000	34 315	1 226 316	-	4 772 631
Resultado líquido do período		-	-	-	-	349 230	349 230
Posição no fim do período		3 160 000	352 000	34 315	1 226 316	349 230	5 121 861

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 160 000	352 000	34 315	1 226 316	349 230	5 121 861
Aplicação do resultado do período anterior	14	-	-	17 461	331 769	(349 230)	-
Distribuição de lucros		-	-	-	(100 000)	-	(100 000)
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		3 160 000	352 000	51 776	1 458 085	-	5 021 861
Resultado líquido do período		-	-	-	-	220 020	220 020
Posição no fim do período		3 160 000	352 000	51 776	1 458 085	220 020	5 241 881

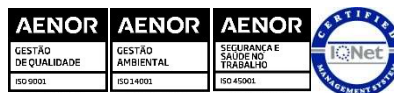
O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Manica José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Trigo Manuel Lopes Casimiro dos Santos



[Handwritten signature]



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A AquaElvas - Águas de Elvas, S.A. (“Empresa” ou “AquaElvas”) é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 19 de agosto de 2008, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2009, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da AquaElvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento inicial de 7.734 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a AquaElvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear, sendo as amortizações calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização

registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.9 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos

futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.10 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diversificado, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era:

	Ano 2023	Ano 2022
Caixa	1 500	1 500
<u>Depósitos à ordem</u>		
Banco Santander Totta	117 473	150 494
Caixa Geral de Depósitos	521 836	1 546 279
Bankinter	477 399	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1 118 208	1 698 273

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	210 303	31 947	-	242 250
Equipamento de transporte	31 545	95 236	(18 889)	107 892
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	268 840	127 183	(18 889)	377 134

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2022	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	126 247	17 007	-	143 254
Equipamento de transporte	13 801	12 346	(11 412)	14 735
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	167 040	29 353	(11 412)	184 981
Saldo líquido	101 800	97 830	(7 477)	192 153

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2021	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2022
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	180 987	29 316	-	210 303
Equipamento de transporte	31 545	-	-	31 545
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	239 524	29 316	-	268 840

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2021	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2022
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	113 580	12 667	-	126 247
Equipamento de transporte	5 915	7 886	-	13 801
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	146 487	20 553	-	167 040
Saldo líquido	93 037	8 763	-	101 800

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos	Saldo em 31.12.2023
Ativos intangíveis			
Plano investimento	7 734 048	-	7 734 048
Outros ativos intangíveis	-	63 415	63 415
Total	7 734 048	63 415	7 797 463
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2022	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2023
Ativos intangíveis			
Plano investimento	3 091 812	284 218	3 376 030
Outros ativos intangíveis	-	809	809
Total	-	285 027	3 376 839
Saldo líquido	7 734 048	(221 612)	4 420 624

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2021	Aumentos	Saldo em 31.12.2022
Ativos intangíveis			
Plano investimento	7 734 048	-	7 734 048
Total	7 734 048	-	7 734 048
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2021	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2022
Ativos intangíveis			
Plano investimento	2 807 593	284 219	3 091 812
Total	2 807 593	284 219	3 091 812
Saldo líquido	4 926 455	(284 219)	4 642 236

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, se encontra por realizar do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no montante de 7.734.047,98 Euros, no âmbito da concessão (este corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve movimento ocorrido na rubrica de provisões sendo o seu saldo, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, de 1.694.402 Euros.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2023	Ano 2022
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	230 032	222 575
Efeitos na demonstração de resultados		
Clientes e outras contas a receber (Nota 10)	(1 121)	(534)
Ativos intangíveis (Nota 6)	7 991	7 991
Total dos efeitos na demonstração de resultados	6 870	7 457
Saldo final	236 902	230 032

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 21%, acrescida de derrama municipal quando aplicável.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contábilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e no reconhecimento de perdas por imparidade de clientes.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na rubrica de “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2022	Aumento	Alienação	Saldo em 31.12.2023
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	3 040	314	(112)	3 242
Total	3 040	314	(112)	3 242

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2021	Aumento	Alienação	Saldo em 31.12.2022
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	2 811	748	(519)	3 040
Total	2 811	748	(519)	3 040

O Fundo de compensação é um fundo autónomo, financiado pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais que visam ao pagamento de até 50% do valor da compensação de trabalhadores abrangidos por este regime na sequência da cessação do contrato de trabalho. Sempre que a entidade empregadora cessar um contrato de trabalho e pague a compensação devida, solicita ao fundo a devolução do valor entretanto pago. Este fundo está mensurado pelo valor do custo.

A contribuição para este Fundo terminou no decorrer do ano de 2023, sendo possível continuar a solicitar o reembolso em caso de saída do funcionário ou a utilização deste Fundo para formação profissional dos funcionários da empresa.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas:		
- Imposto sobre o rendimento do período (Nota 23)	24 563	-
Imposto sobre o valor acrescentado	67 148	51 913
Total	91 711	51 913
	Ano 2023	Ano 2022
Passivo		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 23)	-	29 178
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	3 234	2 504
Contribuições para a segurança social e CGA	9 075	6 422
Outros impostos	137	69
Total	12 446	38 173

10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Clientes e outros créditos a receber” apresentava a seguinte composição:

Clientes

	Ano 2023	Ano 2022
Clientes		
Clientes C/C	1 110 787	1 146 188
Perdas por imparidade acumuladas	(139 342)	(177 269)
Total	971 445	968 919

O elevado montante apresentado na rubrica “Clientes C/C” está relacionado com o cliente Município de Elvas. O valor em dívida a 31 de dezembro de 2023 deste cliente ascende a 504.142 Euros (em 2022 era de 487.506 Euros), sendo que corresponde, quase na sua totalidade, a 35% de desconto na compra de água dos meses de agosto 2017 a janeiro de 2019, conforme alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 25).

Em dezembro de 2023 e 2022, o cliente Município de Elvas também apresenta faturas em dívida relacionadas com abastecimento e saneamento no total de 16.636 Euros e 23.752 Euros, respetivamente.

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Saldo inicial	(177 269)	(122 442)
Reforço	(47 844)	(54 827)
Reversão	85 771	-
Saldo final	(139 342)	(177 269)
Variação Ano	37 927	(54 827)

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	162 612	111 518
Desconto compra de água pendente de faturação	1 536 908	1 196 330
Outros devedores - Cauções	13 739	13 739
Total	1 713 259	1 321 587

O valor da rubrica “Estimativa de produção pendente de faturação”, é referente à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro de 2023 e 2022.

A rubrica “Desconto compra de água”, no montante de 1.536.908 Euros (1.196.330 Euros em 2022), refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água acordado com o Município de Elvas relativo aos meses de fevereiro de 2019 a dezembro de 2023 (Notas 16, 18 e 22).

Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Adiantamentos a fornecedores	6 127	10 037
Total	6 127	10 037

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	6 243	8 304
Gastos a reconhecer - Saneamento	139 851	149 171
Total	146 094	157 475

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos – Gastos a reconhecer - Saneamento” inclui faturas relativas a compra de água de saneamento, referentes ao período de 2017, que apenas começaram a ser reconhecidas como gasto a partir de janeiro de 2018 (momento da correspondente atualização de tarifas) e que terminará no final da concessão.

11. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do Grupo FCC através da participação, desde dezembro de 2020, de 100% da empresa AqualiaPortugal S.A., a qual por sua vez, é detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As demonstrações financeiras da Empresa são incluídas na consolidação de contas do Grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa é detida a 100% pela AqualiaPortugal, S.A. (Aqualia).

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2023			Ano 2022
	Fornecedores (Nota 12)	Outros créditos a receber (Nota 10)	Empréstimo concedido	Fornecedores (Nota 13)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	29 692	-	-	28 302
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	9 402	16 140	-	12 049
FCC Aqualia S.A.	9 746	-	1 250 000	9 739
Total	48 840	16 140	1 250 000	50 090

Em 2023, a Empresa efetuou um empréstimo à FCC Aqualia S.A., o mesmo tem um prazo de um ano com possibilidade de renovação ou antecipação de reembolso, desde que solicitado por escrito à Empresa mãe. No valor de 1.250.000 Euros, o mesmo vence juros à taxa juro de *short term rate* diminuído de um *spread* de 0,3%.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2023		Ano 2022
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros crédores	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	373 003	-	289 822
Aquamaior - Águas de Campo Maior S.A.	26 306	-	21 695
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	52 190	-	48 092
FCC Aqualia S.A.	9 746	16 140	9 739
Total	461 245	16 140	369 348

12. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	48 840	50 090
Fornecedores conta corrente	2 836 107	1 906 741
Total	2 884 947	1 956 831

	Ano 2023	Ano 2022
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	18	11
Credores por acréscimos de gastos		
Outros acréscimos de gastos	53 061	42 196
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos - Alvarez	127 332	211 685
Outros Credores Diversos - Resíduos Sólidos	100 184	87 741
Total	280 595	341 633

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Adiantamentos de clientes	35 494	32 412
Total	35 494	32 412

13. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital, totalmente subscrito e realizado no montante de 3.160.000 Euros, era composto por 316.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada, pertencentes na totalidade à acionista AqualiaPortugal S.A..

Reservas Legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as “Reservas legais” ascendiam a 51.776 Euros e 34.315 Euros, respetivamente.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 08 de novembro de 2023, foi distribuído à acionista única por conta de resultados transitados a quantia total de 100.000 Euros.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 18 de maio de 2023, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 349.229 Euros, foi transferido para a rubrica de reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 17.461 Euros e 331.768 Euros, respetivamente.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2022, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 291.338 Euros, foi transferido para a rubrica de reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 14.567 Euros e 276.771 Euros, respetivamente.

14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Vendas		
Abastecimento	2 076 432	1 868 355
Saneamento	1 557 025	1 571 646
Mercadorias	565	545
Serviços prestados	155 196	147 086
Total	3 789 218	3 587 632

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Subsídios à Exploração” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Subsídios à exploração	7 380	224
Total	7 380	224

A rubrica “Subsídios à Exploração” em 2023 e 2022, são relativos à contratação de jovens qualificados e medidas excepcionais e temporárias de apoio ao emprego em consequência da pandemia do COVID 19, respetivamente.

As tarifas de água e saneamento doméstico relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são conforme se apresenta:

Doméstico por escalão	Abastecimento de água		Saneamento de águas residuais	
	2023	2022	2023	2022
	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)
de 0 a 5 m ³	0,05813	0,542	0,5232	0,4878
de 5 a 15 m ³	1,105	1,0302	0,9944	0,9272
de 15 a 25 m ³	2,4754	2,308	2,2779	2,0772
superior a 25 m ³	3,8194	3,5611	3,4375	3,205

De referir que os valores apresentados podem ser diferentes em função do agregado familiar, bem como da condição social do cliente. Existem também tabelas específicas para o fornecimento não doméstico.

Os valores de tarifários apresentados acima foram publicados em Edital pela Câmara Municipal de Elvas e encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Empresa.

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Matérias-primas		
Inventários iniciais	-	-
Compras	1 583 421	1 504 478
Inventários finais	-	-
Total	1 583 421	1 504 478

A rubrica “Compras” refere-se na sua totalidade ao valor adquirido de água em 2023, sendo que ao valor indicado deve-se descontar o montante referido na rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” no montante de 340.579 Euros (327.761 Euros em 2022) (Nota 18). Este valor corresponde a 35% de desconto na compra de água, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 10 e 25).

Considerando o acima referido, o valor final da compra de água em 2023 e 2022 deverá ser 1.242.824 Euros e 1.176.717 Euros, respetivamente.

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Serviços especializados	939 385	777 752
Materiais	245 224	146 534
Energia e fluidos	14 758	20 478
Deslocações, estadas e transportes	20 779	11 256
Serviços diversos	219 599	211 122
Total	1 439 745	1 167 142

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 461.245 Euros 369.348 Euros, respetivamente (Nota 11).

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Remunerações	327 088	269 220
Encargos sociais	72 721	59 859
Seguros de acidentes de trabalho	4 258	5 006
Outros gastos com o pessoal	24 635	43 978
Total	428 702	378 063

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi de 18 colaboradores.

18. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Outros rendimentos - Desconto compra de água (Nota 15)	340 579	327 761
Rendimentos em ativos fixos tangíveis (Nota 6)	16 523	-
Outros rendimentos	7 643	3 842
Total	364 745	331 603

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” é relativa aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água conforme descrito nas Notas 10, 15 e 25.

19. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2023	Ano 2022
Impostos e taxas	73 519	67 065
Donativos	-	1 500
Quotizações	120	120
Dívidas incobráveis (Nota 22)	85 771	12 191
Juros de Mora	27 188	6 866
Outros gastos	2 972	1 950
Total	189 570	89 692

20. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2023	Ano 2022
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico (Nota 6)	17 006	12 667
Equipamento de transporte	12 346	7 886
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis) (Nota 6)	285 028	284 219
Total	314 380	304 772

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,4%.

Para o período de 2023, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2019 a 2022 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados entre 2018 e 2019 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF em 2020). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável (80% a partir de 2020).

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Resultado antes de impostos	260 982	424 120
Amortização de investimentos reversíveis não aceites (Nota 20)	284 219	284 219
Donativos	-	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	27 188	7 394
Benefícios Fiscais - RCCS	(152 461)	(140 000)
Insuficiência/ Excesso estimativa impostos	(223)	2 525
Imparidade não aceite (Nota 9)	35 882	41 120
Reversão imparidade (Nota 9)	(85 771)	-
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(246 877)	(246 877)
Outros	94 032	(210)
Lucro tributável	216 971	372 291
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
Matéria coletável	216 971	372 291
Coleta	43 439	76 056
Derrama Municipal	868	1 489
Tributações autônomas	3 525	4 802
Imposto corrente do exercício	47 832	82 347
Pagamento especial por conta	-	-
Retenções na fonte	348	-
Pagamento por conta (Nota 8)	72 048	53 169
Total IRC a pagar/(recuperar)	(24 564)	29 178
Imposto corrente do exercício	47 832	82 347
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(6 870)	(7 457)
Imposto do exercício	40 962	74 890
<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo</i>	<i>260 982</i>	<i>424 120</i>
<i>Imposto diferido ativo (2741 / 8122)</i>	<i>6 870</i>	<i>7 457</i>
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado</i>	<i>(40 962)</i>	<i>(74 890)</i>
<i>Resultado após impacto do imposto diferido ativo</i>	<i>220 020</i>	<i>349 230</i>

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

No exercício de 2020, a Empresa utilizou a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), o qual é um incentivo fiscal previsto no artigo 41º -A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos acionistas à sociedade. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de 7% das entradas realizadas em cada exercício, com o limite de 2 milhões de Euros, ou seja, um limite de benefício fiscal de 140 mil Euros em 2023 e 2022. (limite de 140 mil Euros desde 2020 e nos cinco anos seguintes).

A dedução ao lucro tributável é efetuada no exercício em que são realizadas as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes. Consequentemente, o benefício fiscal reportável para os exercícios seguintes ascende a 560 mil Euros.

Decorrente do incentivo fiscal à capitalização das Empresas, preconizado no art.º 43.º D dos Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), a empresa deduziu cerca de 12.500 Euros.

22. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam na AquaElvas ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

23. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2023, a empresa apresentava Caixa e equivalentes no montante de 1.118.208 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 903.353 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2022, a empresa apresentava um passivo corrente inferior ao ativo corrente no montante de 2.083.362 Euros, embora naquele passivo se incluam 64.980 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 11).

Os Administradores da AquaElvas elaboraram o presente Anexo e apresentam estas Demonstrações financeiras com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dívidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a AquaElvas não é garante do acordo de refinanciamento do Grupo FCC.

24. LOCAÇÕES

A Empresa celebrou contratos de locações de imóveis e viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas foram celebrados por um período inicial de 36 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de componentes no mercado, em 2023 foi renegociado o prazo das entregas das viaturas que estavam em fim de contrato.

Os contratos de aluguer de imóveis são relativos a aluguer de escritório e armazéns para desenvolver a atividade, os mesmos têm o mínimo de 10 anos e um máximo de 30 anos, sendo possível renovar os contratos mediante o aviso prévio. Também é possível o arrendatário denunciar os contratos mediante acordo entre as partes. No termino dos contratos não é possível adquirir os imóveis.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2023 e 2022, são conforme segue:

Aluguer imóveis	Ano 2023	Ano 2022
2023	0	22 532
2024	23 528	8 400
2025	25 828	16 232
20256 e seguintes	169 504	211 022
TOTAL	218 860,00 €	258 186

Renting viaturas	Ano 2023	Ano 2022
2022	0	26 260
2023	20 309	-
TOTAL	20 308,92 €	26 260

Gasto ano	Ano 2023	Ano 2022
Renting viaturas	19 732	27 625
aluguer imóveis	25 026	26 261
TOTAL	44 758	53 886

25. OUTROS ASSUNTOS

No dia 26 de julho de 2017 foi assinada uma alteração do Contrato de Concessão, cujas principais modificações dizem respeito ao facto de a Concessionária passar a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e consequentemente manutenção, e a uma ampliação em investimentos anuais em renovação das redes, quer de abastecimento quer de saneamento.

Nessa mesma alteração ao contrato de concessão é referido que a Concessionária adquire a posição contratual do Município de Elvas no contrato de fornecimento de água em alta existente com a Águas do Vale do Tejo, mantendo o direito a um desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida, desconto esse que se destinaria a compensar um conjunto de custos de gestão de infraestruturas incorridos pela Empresa e que eram encargo da entidade fornecedora de água em alta. Não obstante essa situação constar do contrato de concessão assinado entre a Empresa e o Município de Elvas, com a alteração ao mesmo Contrato de Concessão, as faturas da água em alta que eram anteriormente emitidas pelo Município de Elvas com o respetivo desconto de 35%, passaram a ser emitidas pela Águas do Vale do Tejo diretamente à Empresa. Tais faturas, no entanto, foram emitidas pelo montante total, sem incluir qualquer referência ao desconto de 35%, mencionado no aditamento ao Contrato de Concessão. Têm existido reuniões entre a Empresa, o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, para tentar chegar a um consenso entre as três partes envolvidas quanto à forma de regularizar a situação, uma vez que a Águas do Vale do Tejo pretende que essa regularização seja feita, não pela aplicação direta de um

desconto, mas sim pela quantificação de uma compensação pela gestão das infraestruturas de água em alta, que estaria originalmente a seu cargo.

Existe um acordo entre o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, datado de 2020, que regula o apuramento e a forma de liquidação das despesas que seriam da responsabilidade desta última, enquanto fornecedora de água em alta, mas que foram incorridas pela gestão do sistema de distribuição de água em baixa, estando apenas pendente de formalizar, através de acordo ou outro tipo de compromisso entre o Município de Elvas e a Empresa, a forma como esta será compensada das despesas que realizou e que correspondem ao desconto de 35% que anteriormente era aplicado.

A Empresa mantém nas suas contas, a 31 de dezembro de 2023, um saldo de clientes a receber por parte do Município de Elvas no valor total de 504.142 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de agosto de 2017 a 31 de janeiro de 2019, assim como um acréscimo de rendimentos relacionado com a situação acima descrita, no valor total de 1.539.908 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de fevereiro de 2019 a 31 de dezembro de 2023, sendo que o Conselho de Administração não prevê qualquer perda naqueles valores a receber com referência a 31 de dezembro de 2023.

Adicionalmente, a Empresa apresenta, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, um saldo na rubrica de “Fornecedores” com as Águas do Vale do Tejo, nos montantes de 2,773 mil Euros e 1,877 mil Euros, respetivamente, relacionados com o desconto de 35% do fornecimento de água que não foi efetuado por aquela Entidade.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Maia José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Trigo Manuel Lopes Casimiro das Cortes






4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 10.149.765 euros e um total de capital próprio de 5.241.881 euros, incluindo um resultado líquido de 220.020 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 25 do Anexo às demonstrações financeiras, e em conformidade com o aditamento ao Contrato de Concessão celebrado em julho de 2017, a Entidade adquiriu a posição contratual do Município de Elvas (“Município”) no contrato de fornecimento de água em alta existente com as Águas do Vale do Tejo (“AdVT”), que previa o desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida. Contudo, verifica-se que a AdVT está a emitir as faturas diretamente à Entidade sem incluir qualquer referência ao desconto referido de 35%. A 31 de dezembro de 2023, existe um saldo de clientes a receber por parte do “Município” e um acréscimo de rendimento, no montante total de 2.041 milhares de euros (2022: 1.684 milhares de euros), relativo ao direito contratual, assim como uma conta a pagar à AdVT no montante de 2.773 milhares de euros (2022: 1.877 milhares de euros) referente àquela parcela que a Entidade não tem vindo a liquidar. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração entende que irão ser encontradas medidas que permitam assegurar a recuperação sem perdas dos referidos saldos, assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das diretos e obrigações contratuais.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

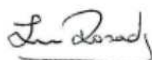
Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de maio de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **LUÍS MIGUEL GONÇALVES ROSADO**
Num. de Identificação: 10810521
Data: 2024.05.31 14:43:27+01'00'



Luis Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607
Registado na CMVM com o n.º 20161217